



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2026.**

(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Mulheres, sobre ações, políticas públicas, execução orçamentária e resultados no enfrentamento do feminicídio, e violência contra mulheres de 2023 a 2025.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas a Senhora Ministra das Mulheres, informações sobre ações, políticas públicas, execução orçamentária e resultados no enfrentamento do feminicídio, e violência contra mulheres de 2023 a 2025.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, solicito que sejam encaminhados:

- 1- *Os dados oficiais sobre feminicídios e tentativas de feminicídio entre 2022 e 2025.*
- 2- *A relação de programas e políticas implementadas.*
- 3- *As metas e indicadores.*
- 4- *A execução orçamentária detalhada.*
- 5- *A cópia de campanhas publicitárias.*
- 6- *Informar medidas de proteção implementadas nacionalmente.*
- 7- *Encaminhar todos os documentos comprobatórios referentes às respostas acima.*

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que a senhora Ministra das Mulheres entenda como pertinentes, sobre o tema.





## JUSTIFICAÇÃO

O feminicídio no Brasil deixou de ser apenas um indicador de violência e se tornou uma denúncia permanente da falência do Estado na proteção das mulheres. No atual governo, os números cresceram de maneira dramática, atingindo patamares inéditos, sem que se observe resposta governamental proporcional à gravidade da tragédia<sup>1</sup>.

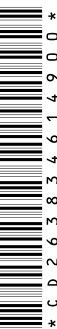
O Ministério das Mulheres foi recriado com discurso de protagonismo, prioridade absoluta e compromisso com o combate à violência de gênero. Entretanto, na prática, a realidade brasileira demonstra que a existência do Ministério não se converteu em proteção efetiva. Ao contrário: enquanto sua estrutura política se expande, os índices de feminicídio aumentam.

É preciso dizer com clareza: não basta existir institucionalmente. É preciso funcionar. É preciso proteger. É preciso entregar resultados. O que se vê, porém, é propaganda governamental, discursos emocionados, eventos públicos, mas ausência de ações eficazes, ausência de metas transparentes, ausência de avaliação séria de impacto, ausência de eficiência administrativa.

O país assiste mulheres sendo assassinadas por seus companheiros, ex-companheiros e agressores conhecidos, mesmo após medidas protetivas, mesmo após denúncias, mesmo após pedidos de ajuda. Isso revela fragilidade na rede de proteção e ausência de políticas consistentes. Diante disso, o Ministério não pode permanecer sob o conforto da retórica: precisa prestar contas.

O Parlamento tem a obrigação constitucional de fiscalizar. Não aceitará respostas superficiais, genéricas ou discursivas. O que se exige é execução orçamentária detalhada, ações concretas, relatórios técnicos, documentos oficiais, indicadores de resultados e demonstração de responsabilidade administrativa.

<sup>1</sup> <https://www.contrafatos.com.br/femicidio-e-violencia-homofobica-disparam-sob-o-governo-lula/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Por todo o exposto se o governo diz defender mulheres, precisa provar isso na prática. Enquanto isso não ocorre, este requerimento se impõe como instrumento legítimo de controle democrático e defesa da vida.

Sala das Sessões,      de                      de 2026.

Deputado **GUSTAVO GAYER**  
*PL/GO*

